NOTAS SOBRE A DITADURA MILITAR NO SUL DE MATO GROSSO: ação, reação e repressão.

Suzana Arakaki – Professora UEMS

Resumo: Este artigo aborda acontecimentos ocorridos no sul do estado de Mato Grosso logo após o golpe de 31 de março de 1964 que mergulhou o país num período conhecido como ditadura militar. Período de grande embate político ideológico o país posicionou-se ao lado dos Estados Unidos no combate ao comunismo, no confronto bipolar imposto pela Guerra Fria. Este período, marcado pela forte repressão aos movimentos de resistência ao regime nas regiões do país, também no sul de Mato Grosso foi marcado por apoio civil, prisões e perseguições a políticos e civis.

Palavras-chave: História do Brasil. Golpe de Estado. Sul de Mato Grosso

Abstract: This article discusses events in the southern state of Mato Grosso shortly after the coup of March 31, 1964 that plunged the country into a period known as the military dictatorship. Great ideological political struggle period, the country stood at the side of the United States in the fight against communism, the bipolar confrontation imposed by the Cold War. This period, marked by the harsh crackdown on the movement of resistance to the regime in the country regions, also southern Mato Grosso was marked by civil support, arrests and persecution of politicians and civilians.

Key-words: Brazilian history. Coupe d' état. South of Mato Grosso.

Introdução:

O golpe de Estado que depôs, em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart mergulhou o país num período de 21 anos conhecido historicamente como ditadura militar. Passados 50 anos do golpe muito já se produziu sobre o período em nível nacional, mas muito ainda está por ser conhecido e escrito, em especial no

estado de Mato Grosso do Sul, Estado resultante da divisão do antigo Mato Grosso[1], em 1977. Este artigo, elaborado para Revista História em Reflexão, aponta os acontecimentos do golpe de 1964 em algumas cidades do Estado.

Deflagrado o golpe militar, e considerando o quase consenso do que chamavam de revolução, e com amplo apoio civil, as primeiras ações se deram contra políticos principalmente políticos do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Foram os primeiros atingidos pelas cassações de cargos eletivos nos níveis federal, estadual e municipal. Senadores, deputados, prefeitos e vereadores - principalmente do PTB - foram os principais alvos da chamada limpeza ideológica pretendida pelo governo militar.

A maneira encontrada para conter rebeliões dentro e fora do governo foi estabelecida na forma de Atos Institucionais, normas editadas pelo Comando Supremo da Revolução, respaldados pela Lei de Segurança Nacional. O primeiro deles, de um total de dezessete atos, foi editado no dia 9 de abril de 1964, sendo composto de justificativa e onze artigos delegando poderes aos dirigentes militares para os expurgos civis e políticos que se seguiram. E em nome dos Atos Institucionais, políticos foram perseguidos e cassados, civis foram denunciados e presos, acusados de subversão e prática ou apoio ao comunismo.

Perseguições e prisões aos deputados federais pelo sul de Mato Grosso:

Como mencionado, o primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964 cassou pelo menos 50 dos 409 deputados de 17 dos 22 estados brasileiros[2]. Na esfera federal pelo menos um deputado federal do estado foi atingido pelo AI-1, e pelo antigo estado de Mato Grosso, foi médico petebista Wilson Fadul.

Proveniente do Rio de Janeiro, o tenente da Aeronáutica Wilson Fadul começou a carreira política em 1950 como vereador pelo PTB na cidade de Campo

[1] Sobre a divisão do Estado consultar: BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul*: a construção de um Estado, vol. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso; *Mato Grosso do Sul*: a construção de um Estado, vol. 2: poder político e elites dirigentes sul-matogrossenses.

[2] AZEVEDO, D.B. de. *Parlamento Mutilado*: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília DF: Edições Câmara, 2012, p.36.

Grande. Era pessoa de confiança de João Goulart e além de deputado federal eleito foi também o seu ministro da Saúde. Após ter seu mandato cassado Wilson Fadul foi preso várias vezes. Isso até 1969, quando foi dado oficialmente morto pelo governo militar.[3]

Esse assassinato civil o impediu de qualquer ato e durante dez anos - de 1969 a 1979 -, sua mulher recebeu pensão como viúva de um militar da Aeronáutica. Fadul filho afirma que a mãe nunca recebeu atestado de óbito desse "assassinato civil", tudo foi feito dentro da Aeronáutica. Wilson Fadul só foi "ressuscitado" em 1979 com o advento da anistia. Posteriormente foi reintegrado à Aeronáutica e inclusive promovido.[4] Outro parlamentar atingido, o deputado federal Wilson Barbosa Martins pertencia aos quadros da União Democrática Nacional, a UDN. Com o bipartidarismo alinhou-se ao Movimento Democrático Brasileiro - MDB e teve seu mandato cassado em 1968.[5]

***Vermelhos e rosados*: caça aos comunistas e simpatizantes no sul de Mato Grosso**

Na Assembleia Legislativa de Mato Grosso nenhum parlamentar foi cassado. [6] Na maior parte dos municípios brasileiros, prefeitos e vereadores foram sumariamente cassados e em Mato Grosso não foi diferente. Na cidade de Dourados, o prefeito não foi alijado do cargo, mesmo sendo do PTB e ainda foi protegido pelo Exército, isso porque fizera parte da Força Expedicionária Brasileira – FEB e lutara na segunda guerra. Quando udenistas e pessedistas pediram o cargo, o prefeito rumou para Campo Grande e voltou escoltado por "[...] um destacamento do Exército, composto por 25 militares. Nenhum civil retornou para reivindicar o cargo. Napoleão se manteve como prefeito." (ARAKAKI: 2008, p.91).

Na cidade de Ponta Porã o prefeito José Issa foi sumariamente cassado e também foi preso. Atas da Câmara Municipal confirmam o pedido de cassação logo no dia 6 de abril de 1964.[7] Discutiu-se nessa sessão o inquérito policial formalizado e apresentado à Câmara de Vereadores pelo delegado da cidade, implicando o prefeito

[3] Wilson Fadul Filho, entrevista concedida em 5 de junho de 2013.
[4] Idem.
[5] Wilson Brabosa Martins, entrevista concedida em 2005.
[6] As buscas foram realizadas nos Diários Oficiais do Estado considerando algumas publicações que mencionam a cassação do ex-deputado petebista Barros por Deus, da cidade de Corumbá.
[7] Ata da sessão extraordinária do dia 6 de abril, pág 45A-47ª, da Câmara de Vereadores da cidade de Ponta Porã.

José Issa. Ao ser apresentado, o inquérito foi encaminhado para a Comissão de Justiça, e formalizado como processo 1/64, tendo sido encaminhado à dita comissão de Justiça para emissão de parecer.

Apenas duas horas depois foi realizada uma sessão extraordinária onde se discutiu e votou o inquérito-denúncia, formalizado pelo processo 1/64, cujas denúncias consideradas como crime:

> [...]
>
> Considerando que o prefeito desta cidade, Dr. José Issa, está incurso nas penas dos artigos [...] da Lei 1.802 [...], conforme faz prova o inquérito remetido a esta Augusta Casa e as manifestações públicas do atual chefe do Executivo Municipal.
>
> [...] que o atual chefe do Executivo Municipal, pessoalmente ou através de prepostos, pregam e organizam a subversão da ordem jurídica atual.
>
> [...] organizou comandos camponeses (sic) e operários, com o objetivo de violar, o Direito de Propriedade, garantidos pela Lei Magna do país;
>
> [...] vem, de há muito, servindo-se do cargo que ocupa, na pregação da luta de classes;
>
> [...] que a atuação subversiva do atual chefe do Executivo Municipal é pública e notória;
>
> [...] que a atuação [...], em face de sua ideologia tem sido danosa aos interesses públicos;
>
> [...] com sua atitude de apoio e liderança dos inimigos da Lei prejudica o nosso Município;
>
> [...] as ligações do atual Chefe do executivo com elementos rosados e vermelhos;
>
> [...] a assepsia social vitoriosamente liderada pelas forças Armadas em conexão com autênticos democratas civis;
>
> [...]
>
> [...] ter sido o movimento revolucionário, na união àqueles, sem distinção de legenda partidária, na luta contra a comunização do país, não comportando, portanto, dubiedades;
>
> [...]

> REQUEREM a V. Excia, ouvido o plenário, seja declarado IMPEDIDO o chefe do Executivo Municipal, Dr. Jose Issa, de continuar exercendo o cargo do qual se valeu para combater as Instituições democráticas, procedendo-se imediatamente, na forma da legislação em vigor.[8]

O prefeito José Issa foi cassado com votos da maioria, sendo que dos nove vereadores apenas quatro votaram contra a cassação. São eles: Jonas Capilé, Alverne Moreira, Domingos C. de Jesus e Ary Almirão de Carvalho. Esses vereadores também sofreriam represálias pouco tempo depois.

Na sessão seguinte, realizada no dia 7 de abril de 1964, o vice-prefeito, Sergio Martins Sobrinho tomou posse como prefeito municipal na presença, além de vereadores favoráveis à cassação do ex-prefeito Jose Issa, do deputado estadual Alexandrino Marques e do delegado de polícia. Nenhum oficial do Exército foi citado.[9]

As cassações atingiram também a Câmara de Vereadores após o requerimento do vereador Roberval Roncati para que fosse criada uma comissão de Inquérito para "[...] averiguar a possível existência de elementos socialistas e comunistas em nosso meio [...]"[10] Renunciaram e perderam seus mandatos os vereadores Ari Almirão de Carvalho, Domingos Cardinal e Jonas Capilé. Foram decretados as perdas dos mandatos dos suplentes Vitor Diogo Guimarães, Washington Prado de Souza e de Diógenes Cabral.[11]

Em Corumbá inúmeras prisões foram feitas. Segundo Valmir Batista Corrêa o :

> [...] desfecho com o golpe militar de 1964 também trouxe profundas consequências para Corumbá, em especial, por ser município fronteiriço e base de forças militares do exército e da marinha. A repressão política local, que traumatizou seus habitantes, atingiu sobretudo comunistas, sindicatos fluviais e aliados ao governo deposto filiados ao PTB. Houve então perseguições ideológicas e aos desafetos dos novos donos do

[8] Ata nº 1111 de 4 de maio de 1964, p. 32-35ª.
[9] Ata da sessão extraordinária, fls. 47-A e 48.
[10] Ata da sessão extraordinária de 16 de abril de 1964, fls. 49A.
[11] Ata do dia 1 de junho de 1964, fls.53-56.

> poder, humilhações públicas, clima de terror e violências com a transferência de presos para um navio sediado em frente ao cais do porto. (CORRÊA: 2006, p.200)

As denúncias contra vereadores do PTB de Corumbá partiram do 6º Comando da Marinha, sediada em Ladário, cidade contígua a Corumbá. A ata número 1111 do dia 4 de maio de 1964 menciona a ocorrência de uma sessão secreta, convocada para o mesmo dia.[12] Em tal documento, está registrado o recebimento do ofício nº 0335, de 29 de abril de 1964, do Contra Almirante Acyr Dias de Camacho Rocha, comandante do 6º Distrito Naval, agradecendo as congratulações que foram enviadas pela Câmara Municipal de Corumbá "[...] pela sua participação no movimento armado de 31 de março." Logo a seguir, o presidente da Câmara convoca os vereadores presentes para discutir uma: "[...] matéria relevante e sigilosa", objeto do ofício do comando do 6º Distrito Naval, recebido pelo legislativo municipal.

Oficio, endereçado ao presidente da Câmara, denunciava

> [...] vereadores e suplentes implicados em atividades antinacionais [...] que no governo anterior, estavam envolvidos com elementos a soldo de potência estrangeira, que pretendia transformar Nossa Pátria em simples colônia de Moscou."[13]

Os denunciados eram os vereadores e suplentes, Pedro Paulo de Araujo Lins, João Teixeira e Silva, Waldemar Dias de Rosa e Luis Antonio de Camacho. No ofício, o comandante ainda menciona que tais atividades, de acordo com o Ato Institucional nº 1, eram passíveis de cassação de mandatos "[...] sem prejuízo de qualquer punição." Nesse momento essas pessoas já se encontravam detidas, umas nas cadeias públicas, outras num navio prisão. É o caso do Sr. Waldemar Dias de Rosa, ex-vereador, que permaneceu cerca de 36 dias detido no navio-prisão[14]. Aos 86 anos de idade, o Sr. Waldemar conta que as prisões começaram a ocorrer em abril. Ele, por exemplo, foi preso no dia 13 de abril, primeiramente ficou detido numa unidade do Exército, depois foi transferido para um navio-prisão. [15] Foi preso na empresa de cimento onde ocupava cargo de chefia e isso o aborreceu, mas relata não ter sofrido

[12] Ata nº 1111, op. cit.
[13] Idem, fl.35.
[14] Entrevista concedida a esta pesquisadora em agosto de 2013, na cidade de Corumbá.
[15] O Sr. Waldemar foi ouvido pela Comissão da Verdade de Mato Grosso do Sul, e logo após a divulgação de seu depoimento pela imprensa, a Marinha divulgou uma nota oficial negando a existência de navio-prisão em Corumbá.

nenhum constrangimento durante este período, a não ser o de permanecer num lugar contra sua vontade e sem poder sair. Tanto ele, quanto o deputado Barros por Deus "foram muito bem tratados." Depois da prisão, Sr. Waldemar desligou-se da fábrica de cimento onde trabalhava. Era um constrangimento, as pessoas tinham pavor de se avistar ou de conversar com quem tinha sido preso no navio-prisão. A convite, passou a dirigir a Companhia Telefônica de Corumbá, depois na Telebrás e finalmente no Ministério das Comunicações. Lembra que lhe perguntavam como trabalhava no governo sendo um comunista: "eu não era comunista, era competente", respondia.

Muitas pessoas que foram presas eram do PTB, conforme lembra Sr. Waldemar. Algumas responderam processos na esfera civil, todavia não consegue precisar os nomes, lembra apenas que pertenciam ao Partido Comunista. Ele, Sr. Waldemar, juntamente com o deputado estadual Francisco Barros por Deus permaneceram detidos no navio prisão, responderam a um IPM e logo após foram liberados. Nunca mais foram procurados ou importunados. Os quatro vereadores citados no ofício que deu causa à sessão secreta foram cassados. Atualmente, ele, Sr. Waldemar e familiares do vereador João Teixeira e Silva, movem um processo contra a União, por reparação de danos.

Como analisamos as prerrogativas previstas no Ato Institucional Nº 1, desencadeou uma onda de perseguições e prisões pelo país. Auxiliados por civis, policiais civis e militares, principalmente do Exército Brasileiro, lançaram-se na busca e prisão de pessoas que se enquadravam nas condições estabelecidas no Ato, ou seja, de pessoas contrárias ao golpe, ou de subversivos, como eram denominadas as pessoas que não apoiavam o golpe.

Em vários estados foram criados os movimentos denominados Ação Democrática, e no sul de Mato Grosso foi criada a Ação Democrática de Mato Grosso – ADEMAT, uma associação formada por civis, em sua maioria foi responsável pelas prisões arbitrárias. Denunciavam pessoas acusando-as de subversivas ou comunistas. Pontuamos aqui que a destruição do jornal *O Democrata*, logo após o golpe é atribuída à ADEMAT de Campo Grande.

Por todo país houve perseguições e prisões arbitrárias, principalmente de pessoas ligadas a partidos, associações ou entidades como a União Nacional dos

Estudantes - UNE, com a prisão do mato-grossense Ricardo Brandão, que era estudante do curso de direito na cidade do Rio de Janeiro, foi preso em Mato Grosso e conduzido para o Rio de Janeiro, onde permaneceu preso de maio de 1964 até 1969. Olga Brandão, viúva de Ricardo Brandão lembra que antes da prisão, ele e mais integrantes da UNE foram perseguidos na sede da entidade estudantil:

> [...] ele estava no prédio da Une quando a polícia foi prender os estudantes que se encontravam no prédio. Ele pulou dois andares do prédio e quebrou os pés e teve que se esconder até sarar. Quando ele pode caminhar, veio para o Mato Grosso [...] e ficou escondido numa chácara [...]. Um dia ele saiu para passear [...] e o Exército o prendeu. [16]

Olga Brandão lembra que o marido foi preso por oficiais do Exército, pela primeira vez, na Praça Ari Coelho, em Campo Grande. Ficou só de cuecas numa cela e ficou doente. Gripe, tosse e por fim uma tuberculose, ele só não morreu porque foi socorrido por outro preso político, o médico Alberto Neder, preso na cela vizinha. Ficou alguns meses preso em Campo Grande e depois foi mandado para Guanabara, por pertencer ao Partido Comunista e ser um líder estudantil e ativista assumido contra o que estava acontecendo no país.[17]

Ricardo Brandão foi recebido no aeroporto Santos Dumont por oficiais do Exército e permaneceu preso no DOPS. Pela análise de seu prontuário[18], passou ainda pela Marinha, cuja presença foi requisitada pelo Centro de Informações da Marinha – CENIMAR. O depoimento, prestado ao delegado Denizar Corrêa Pinheiro, no DOPS revela o passado atuante do estudante Ricardo Brandão, preso aos 21 anos de idade. As informações constantes do depoimento, após a devida identificação, inicia-se com suas atividades estudantis desde o ginásio, atual ensino Fundamental, na cidade de Campo Grande e Três Lagoas, estado de Mato Grosso, seguido de informações referentes à sua formação quando no curso Científico, atual ensino Médio, Ricardo Brandão fundou, junto a outros colegas, a Associação

[16] Entrevista de Olga Brandão concedida à esta pesquisadora em setembro de 2013. D. Olga casou-se com Ricardo Brandão em 1974 e suas lembranças são os relatos do marido.
[17] Idem.
[18] Prontuário 1152, localizado no Arquivo Público do Rio de Janeiro RJ, Acervo DEOPS/RJ, fundo Polícia Política, notação 1152.

Campograndense Estudantil de Letras, entidade com objetivo de "[...] divulgação e o aprimoramento das atividades literárias da classe." [19] Fixando residência na Guanabara em 1961, para estudar Direito na Faculdade Cândido Mendes, onde também fez cursos de Extensão de História do Brasil, curso de Parlamentarismo, curso de Psicologia Aplicada, curso de Retórica e Oratória e filiou-se à Associação Matogrossense de Estudantes, criada por estudantes oriundos do estado Mato Grosso, para apoiar tais estudantes.

Como universitário, integrou a União Metropolitana de Estudantes, a UME, e também a União Nacional dos Estudantes, UNE. Declarou que não era filiado e nem participava de qualquer partido político, nem mesmo quando ainda morava em Campo Grande. Suas participações nas entidades citadas tinha finalidade de divulgar atividades literárias. Na condição de universitário, fazia parte ainda do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, onde era primeiro secretário. No Centro, escrevia no setor literário do jornal do Centro, *Jus*, de circulação interna. Na UNE, Ricardo Brandão declarou que exercia atividades jornalísticas: [...] junto ao jornal *O Movimento*, também órgão da classe e de circulação interna; que, ainda neste último jornal, a atividade do declarante foi unicamente artística e apolítica; [...][20]

No estado de Mato Grosso escrevia para o jornal *O Roteiro Matogrossense* de circulação interna da entidade, e na Guanabara, colaborava com o jornal *O Metropolitano,* jornal interno da UME. Declarou ainda que escrevia para o jornal *Correio do Estado*, onde mantinha uma coluna permanente: [...] órgão de imprensa da cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso; que, dita sessão trata de assuntos literários, embora o declarante possa informar que dito jornal é de caráter político, partidário da União Democrática Nacional (UDN) [...].[21]

A partir daí, a vida de Ricardo Brandão parece começar a ficar complicada, com o surgimento de uma carta, não se sabe como se deu o início do assunto, visto que nenhuma pergunta foi transcrita no depoimento, apenas respostas. Consta no

[19] Idem, p. 2.
[20] Ibidem, p. 3
[21] Ibidem, p.3.

depoimento que tal carta foi escrita por Brandão em 3 de abril de 1963 e endereçada a uma pessoa chamada Vasco.

Brandão esclarece tratar-se de Jose Roberto de Vasconcelos, também conhecido como Vasco. Era jornalista e redator do jornal *O Democrata*, seu amigo desde 1957. Vasco foi vereador na cidade de Campo Grande, pela UDN. Nessa época, Brandão conversava com frequência com Vasco, geralmente sobre política do MT, considerando a atuação de Vasco como vereador da cidade. Vasco ainda lhe mandava exemplares do jornal *Democrata*, *Correio do Estado* e *O Matogrossense*. Através desses jornais Brandão se inteirava sobre os acontecimentos do seu estado.

A tal carta, cujo teor não se sabe como, era do conhecimento do delegado inquisidor, ainda revelou que Brandão se manifestava contra o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, o IBAD. Brandão afirmou ser contra a criação do Instituto porque para ele: [...] não existem problemas de esquerdismo e comunismo no Estado de Mato Grosso, [..] que o IBAD era um órgão corrupto, e a criação do mesmo no seu Estado, viria criar um clima de intranquilidade no mesmo, [...] que a posição escrita em sua carta mencionada:

> [...] 'O PESSOAL QUE O ASSINOU ESTÁ DECIDIDO À TOMADA DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS, OUTRAS POSIÇÕES', significa que dito pessoal estava decidido a prosseguir numa luta, através de telegramas e manifestos, até obter o fim desejado, e que dera ensejo ao manifesto citado [...].[22]

A carta objeto da inquirição ainda menciona Ligas Camponesas, no que foi esclarecido por Brandão que no Mato Grosso não existiam ligas camponesas, assumindo em erro de expressão. Na verdade, Brandão queria saber notícias para escrever uma reportagem para o jornal *Correio da Manhã*. Brandão ainda teve de explicar o desejo manifestado na carta, de pressionar o governo de Mato Grosso, explicando que havia necessidade de mudanças na administração, visto ser este um estado governado pelas famílias Correia da Costa e Ponce.

[22]Ibidem, p. 3-4

Em seu depoimento, fez esclarecimentos ainda sobre sua atuação na UNE, seus contatos com outros membros da entidade, os quais afirmou serem ligados a jornais da entidade. Perguntou-se sobre a atuação do almirante Candido Aragão no jornal *Une Press*, da UNE, sendo que alegou desconhecimento de qualquer participação de Aragão na UNE. Consta ainda do depoimento que não participava do movimento Ação Popular, sabendo da existência do mesmo por conversas na UNE, sem, contudo, declinar nomes, acrescentando que seu conhecimento resumia-se a ser a AP, uma entidade formada por católicos da esquerda, liderada pelo padre Francisco Lages.

Olga Brandão confirma que Ricardo Brandão foi torturado na prisão, todavia consta ao final do depoimento:

> [...] que com referência ao tratamento que lhe foi dispensado neste Departamento o declarante nada tem a dizer que possa ser considerado como reclamação, não tendo sido o mesmo sofrido qualquer tipo de constrangimento físico ou moral. E mais não disse. [...].[23]

Não faz parte do dossiê Ricardo Brandão, qualquer menção sobre a sua liberação do DOPS, bem como não consta seu depoimento ao CENIMAR, no entanto, segundo D. Olga Bandão, ele permaneceu preso até 1967. O período longo da prisão faz ensejar a existência de algum processo, provavelmente um Inquérito Policial Militar, comum no período, no entanto, não existe menção.

Seguindo e cumprindo as determinações do AI 1, autoridades prendiam qualquer pessoa que significasse perigo. É o caso do ex- deputado Sergio Cruz, em 1964, preso em Cuiabá logo após o golpe, por puro acaso, afirmou ele.[24] Pernambucano chegado ao estado em 1960 vindo diretamente para a região de Dourados, estabeleceu-se em Vicentina, região da Colônia Agrícola de Dourados, a CAND. Começou a trabalhar na Rádio Clube de Dourados, como radialista. Lembra que trabalhava com Sultan Raslan, também ex-deputado estadual. Atuaram juntos na mesma legislatura e participaram da primeira constituinte de Mato Grosso do Sul (1978-1982).

[23] Ibidem, p.4-5.
[24] Entrevista concedida a esta pesquisadora em setembro de 2013

Sobre 1964, lembra que nesse período estava em Rondonópolis, onde exercia a função de jornalista da Associação dos Municípios, cujo presidente era o prefeito dessa cidade. E foi nessa condição que, no dia 1º de abril de 1964 foi preso, já na cidade de Cuiabá, para onde viajara após o golpe militar. Cuidava, junto ao presidente da Associação, da instalação da sede na capital. Chegando em Cuiabá, hospedou-se num hotel, e naquela manhã apareceram policiais civis à procura de duas pessoas conhecidas suas, que também tinham o costume de lá se hospedar. Mas o atendente do hotel informou que essas pessoas não se encontravam hospedadas, mas somente o jornalista Sergio Cruz que confirmou que conhecia as pessoas procuradas. E os policiais solicitaram que os acompanhasse à chefatura, sendo de lá levado, agora na condição de preso, para a cadeia pública.

Lembra que soube das razões de sua prisão pela conversa entre dois policiais. Um perguntara a outro porque o "conduzido" estava sendo preso e ouviu a resposta: "esta sendo preso como agitador comunista". Assustado, Sergio Cruz quis falar, se explicar, pedir explicações, mas foi impedido: "...você só fala quando alguém lhe perguntar" disseram os policiais que o prenderam. Mas ninguém lhe perguntou mais nada, permanecendo preso por 30 dias, sem sequer prestar um depoimento.

Confirma que não foi torturado, ao contrário do que aconteceu com alguns companheiros de cela, que segundo ele, era de cerca de quinze metros quadrados, onde ficaram presos aproximadamente vinte pessoas. Todos presos sob a "acusação" de serem comunistas. Soube apenas que ali havia integrantes de movimentos sociais ligadas a terra, e de partidos políticos.

Foram trinta dias numa cela infecta, com precárias condições de higiene e o pior era a desconfiança entre os presos. Todos desconfiados e temendo uns aos outros. "Ficamos trinta dias falando amenidades, ninguém se identificava com receio do outro". No vigésimo nono dia de prisão foi levado novamente á chefatura de polícia para depor. Conta que as perguntas eram as mais imbecis e idiotas possíveis, tudo em razão de uma carta achada durante uma revista no seu quarto de hotel em Rondonópolis. Era uma carta endereçada a um amigo em Moscou.

De fato ele escrevera essa carta que nem chegou a enviar, mas continha apenas amenidades. Como seu amigo, J. Alves, que atualmente mora nos Estados Unidos, fazia curso superior em Moscou, Sergio Cruz escreveu que também tinha

vontade de estudar em Moscou. Mas nenhuma manifestação de conotação ideológica até porque não era marxista e era contrário ao radicalismo da esquerda. Enfim, era apenas um democrata convicto e um repórter humanista. A democracia, com todas as suas mazelas, ainda é o melhor regime político, afirma ele.

Mas se confessa um simpatizante de Jango e de suas ideias sobre reforma agrária. Em 1963 quando o ex-presidente esteve em Dourados, Sergio Cruz foi o locutor do serviço de alto-falante da carreata que conduziu Jango e comitiva pela cidade, a convite de Rui Gomes da UDN. Mas concorda que Jango sofria forte oposição em seu governo. Na condição de radialista na extinta Rádio Clube de Dourados, lembra que a emissora recebia "acetatos grandes, com lado A e lado B", que eram discos produzidos pelo IBAD com matérias contra o perigo comunista e contra o governo de João Goulart, que representava um perigo contra a liberdade. Alguém levava os discos, pagavam adiantado pelas divulgações.

Proselitismo contra o comunismo, contra a reforma agrária, denúncias de infiltração comunista no governo de Jango e essas divulgações encontravam simpatizantes na população. Sergio Cruz lembra-se de ouvintes que, quando o encontravam na rua, comentavam e gostavam do material divulgado. E de fato havia ampla divulgação visto que o único jornal da cidade *O Progresso*, naquela época, era semanal. A rádio tinha muito mais audiência e alcance.

Libertado, após a prisão foi embora para o interior do estado de São Paulo onde trabalhou como radialista. Retornou para Campo Grande em 1968 e encontrou uma cidade "militarizada", com censura severa nas rádios e jornais, com sensores dentro dos órgãos de imprensa, em épocas de crises ou denúncias. Recorda-se do episódio em que o censor picotou a fita do III Festival Internacional da Canção, em 1968. A música vencedora foi "Sabiá" de Tom Jobim e Chico Buarque, interpretada por Cynara e Cybele. A segunda colocada foi a música *Para não dizer que não falei das flores*.

A rádio em que trabalhava havia comprado os direitos de transmissão do festival, e quando a fita chegou foi transmitida, e recebeu logo após a visita do censor que picotou a fita. A música *Prá não dizer que não falei das flores* de Geraldo Vandré, classificada em segundo lugar, foi considerada como um apelo à resistência ao governo militar e uma ofensa às instituições militares em razão do refrão: "[...] há

soldados armados, amados ou não. Quase todos perdidos de armas nas mãos. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição, de morrer pela pátria, e viver sem razão [...]".

Geraldo Vandré foi exilado e sua música censurada. Voltou a ser tocada depois da lei de anistia, em 1979, e tornou-se um hino de movimentos sociais.

Depois da rádio, Sergio Cruz foi trabalhar num jornal tipo Pasquim, chamado *Panfleto* e toda semana era chamado na Polícia Federal, tornou-se quase amigo dos seus censores. "Império da deduragem" é como classifica o clima instalado na cidade. Se algum cidadão não gostasse de alguma notícia por qualquer razão, denunciava imediatamente à Polícia Federal. As diferenças eram resolvidas via denúncias e a polícia se prestava a dar ouvidos a qualquer tipo de denúncia, as mais corriqueiras possíveis

Para evitar contratempos com a polícia, estudou a Lei de Segurança Nacional e as leis que regiam a censura e quando era chamado para prestar esclarecimentos, já apontava na lei, a inexistência de qualquer crime de sua parte. Era uma forma de se defender e não raras vezes os policiais se irritavam a berravam: "a lei aqui somos nós".

Sobre os chamados Grupos dos Onze em Campo Grande, conta que ouviu falar, mas nunca teve conhecimento concreto sobre tais Grupos. Buscou informações como repórter, mas os próprios petebistas diziam que se tratava de lenda. Mas lembra que o aparato de repressão tinha como "desculpa", os tais "Grupos dos Onze", células terroristas que combateriam o governo militar. Lembra das cassações de Wilson Barbosa Martins, Wilson Fadul, Nelson Trad, Alberto Neder, mas por razões políticas, não porque fizessem parte de alguma organização perigosa ao regime.

Quanto à imprensa, esta se colocou totalmente favorável ao golpe, e não por pressão, ou necessidade de sobrevivência mas por ideologia mesmo, por comungar das mesmas ideias do governo militar.

Foi também no bojo do AI 1 que se deu o desterro do advogado Fernando Tristão Fernandes para o Mato Grosso, onde chegou ao final de 1964, após alguns meses de prisão no Paraná.[25]

[25] Entrevista concedida a esta pesquisadora em setembro de 2013, na cidade do Rio de Janeiro RJ.

Fernando Tristão Fernandes, atualmente com 86 anos, era servidor concursado no Banco do Brasil em 1964 e trabalhava na agência de Curitiba PR, onde também atuava no Sindicato dos Bancários. Além de estudante no curso de Economia, onde também era líder estudantil era também membro do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Atuando no sindicato, ajudou na criação da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo e Paraná, e pode-se, desta forma, reivindicar o montante arrecado a título de imposto sindical, equivalente a um dia de salário de cada trabalhador. Esse dinheiro estava parado, sem uso, e a criação da federação possibilitou o uso do dinheiro, na construção de sedes e a melhor atender o trabalhador bancário.

A posse desses recursos possibilitou a criação de mais entidades de trabalhadores. No Paraná foi possível ajudar na criação de outras entidades, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais, agregando os trabalhadores nas plantações de café, principalmente na região norte do Paraná. Esse crescimento das classes trabalhadoras assustou as autoridades e setores da Igreja.

Logo após o golpe, oficiais do Exército estiveram em sua casa. Sabendo que estava sendo procurado, Tristão Fernandes escondeu-se. Mas era funcionário do Banco do Brasil e decidiu retornar ao trabalho, tendo avisado previamente a chefia de sua intenção de retornar.

Ao reportar-se a gerência no dia combinado, policiais saíram detrás de armários e o prenderam. Permaneceu alguns meses preso, acusado de vários crimes, inclusive de subversão. Após a prisão, foi transferido para o Mato Grosso. Foi designado para a cidade de Maracajú.

Chegando a Maracajú ficou sabendo do alto índice de incidência de lepra, e recusou-se a permanecer naquela cidade com sua família. Contou com a boa vontade de um antigo companheiro de trabalho na direção do Banco que o mandou para Ponta Porã. Foi-lhe ordenado para apresentar-se á unidade do Exército periodicamente. Como respondia IPM no Paraná, constantemente fazia uso dos aviões do Correio Aéreo Nacional - CAN.

Como a agência do banco em Ponta Porã não contava com os préstimos de um advogado e o gerente, conta Tristão Fernandes, sabendo de sua formação

jurídica, pediu a ele que conduzisse as negociações de prorrogação da locação do imóvel onde funcionava a agência do banco. E a partir daí, Tristão Fernandes passou a atender o setor jurídico do banco, e também a outras pessoas da cidade. Ficou amigo de muitas pessoas. Uma delas, o também advogado Ricardo Brandão.

Sua passagem por Ponta Porã foi marcada por vários episódios, lembrou-se de vários, mas destacou um em particular, que envolvia a irmã de sua mulher e cunhada, moradora na cidade do Rio de Janeiro, onde seus filhos estudavam. Certa noite seus filhos foram chamados para socorrer a tia de uma briga doméstica. Os filhos imobilizaram o tio violento e tiraram a tia e primo pequeno do apartamento, enviando-os imediatamente para Ponta Porã, hospedando-se em sua casa.

Um dia, passeando com seu filho mais novo e o sobrinho, teve seu carro cercado por oficiais do Exército, que exigiam a entrega da criança que, para eles do Exército havia sido sequestrada por ele, elemento sabidamente subversivo. Argumentou que entregaria a criança juntamente com a mãe que se encontrava na casa dele, convidando os oficiais para segui-lo. Tristão Fernandes tinha sido denunciado pelo marido da cunhada, um agente do SNI.

Lá chegando, face à proximidade com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, separada de Ponta Porã apenas por uma avenida, orientou sua cunhada para atravessar a fronteira e se esconder na Casa China, uma conhecida casa de comércio de importados, até que sua mulher fosse procurá-la. Enfrentou os policiais e disse que sua cunhada não se encontrava na casa, que tinha ido para o Paraguai e que ele não entregaria a criança. Procurou ajuda de um juiz da cidade e requereu para sua cunhada a guarda da criança.

Mas isso não abalou suas relações com o Exército, onde buscou ajuda no caso em que três jovens trabalhadores rurais foram presos na delegacia, e a pedido de familiares, mobilizou-se para libertá-los. Conseguiu a liberdade, todavia os jovens não conseguiam se movimentar por causa de surras que haviam levado. Revoltado, Tristão Fernandes os colocou na camionete e os levou para o Exército, denunciando o delegado pelo ato de tortura.

Não demorou muito para sofrer o atentado que o tiraria da cidade de Ponta Porã. Atingido por várias balas, duas das quais ainda se encontram em seu corpo, Tristão Fernandes, após os primeiros socorros médicos, foi escoltado por oficiais do

Exército até Campo Grande, de lá rumou para o Rio de Janeiro, na busca por recursos médicos mais adequados. Era o ano de 1979, e com a anistia, não retornou mais à cidade.

O advogado não tem certeza de que foi este, o caso dos três jovens, que ocasionou o atentado.

Algumas considerações

Embora as pesquisas sobre a ditadura militar no sul de Mato Grosso ainda sejam incipientes no estado, considerando a pouca produção sobre o tema apresentado e discutido nos últimos encontros estaduais da Anpuh-MS[26], é esperançoso e alentador o debate travado entre os diversos segmentos, por ocasião dos 50 anos do golpe de 31 de março de 1964.

Os vários eventos realizados durante o primeiro semestre deste ano demonstraram que muito ainda há para ser pesquisado e escrito. Novas possibilidades de fontes se mostraram, pessoas se dispuseram a falar e debater o período, suprindo lacunas relevantes para a pesquisa histórica.

Refiro-me aos arquivos oficiais do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - Deops MT, desaparecidos, conforme foi apurado em 2005 por uma comissão designada pelo governo do estado de Mato Grosso. Para identificar arquivos relativos ao período da ditadura militar no estado. Nada foi localizado e a comissão foi desfeita.[27]

As produções acadêmicas sobre o tema, até o presente, se devem à perseverança de seus autores na busca e obtenção de fontes, como a pesquisa do historiador Eudes Fernando Leite sobre perseguições, prisões e tortura durante a ditadura na cidade de Aquidauana.

[26] QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.

[27] Informações prestadas por Waltembeg Santos, do Arquivo Público de MT. A portaria que designou a comissão é a Portaria 01 de 21 de dezembro de 2005, publicada no DO de 12.01.2006.

Nos últimos anos a pesquisa sobre ditadura militar em Mato Grosso do Sul vem ganhando mais adeptos. A efeméride atraiu estudantes que tem participado ativamente das atividades da Comissão da Verdade do estado. O entusiasmo notado nos últimos anos é animador e prenuncia mais produção, o que possibilitará mais conhecimento sobre a história da ditadura militar no sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul.

Referências bibliográficas:

ARAKAKI, Suzana. *Dourados*: memórias e representações de 1964. Dourados MS: UEMS, 2008.

AZEVEDO, Débora Bithiah. RABAT, Márcio, Nuno. *Parlamento mutilado*: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília DF: Edições Câmara, 2012.

BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul*: a construção de um Estado, vol. 1: Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009

BITTAR, M. *Mato Grosso do Sul*: a construção de um Estado, vol. 2: poder político e elites dirigentes sul-matogrossenses. Campo Grande, MS: Ed. UFMS,2009

CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em Movimento*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CORRÊA, Valmir Batista. *Corumbá*: terra de lutas e de sonhos. Brasília: Senado Federal, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964 a conquista do estado*: ação política, poder e golpe de classes. 6ª Ed. Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 2006.

FERNANDES, Fernando Augusto. *Fernando Fernandes 45 anos de advocacia*. Rio de Janeiro: Gráfica J. Sholna, 2005.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964*: momentos decisivos. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV, 2014.

LEITE, Eudes Fernando. *Aquidauana*: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma pretensa revolução. Dourados Ms: Editora UFGD, 2009.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. A historiografia sul-mato-grossense, 1968-2010: notas para um balanço. In: GLEZER, Raquel. *Do passado para o futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.